



*Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak*

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 20 de 10 de 2009

1º Secretário

MENSAGEM Nº 59 /GG

Teresina(PI), 14 de outubro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que “Prevê a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais”.

Deve ser enaltecida a deliberação do Legislativo Paulista, que traduz a justa preocupação dos nobres Parlamentares com a segurança de vítimas e testemunhas que figurem em atos formais de registro e apuração policial, a ser resguardada por meio do sigilo sobre informes pessoais e identidade.

Sem embargo a esse elogiável desígnio, de reconhecido desvelo com o interesse da população do Estado, vejo-me compelido, entretanto, a negar assentimento à medida, pelas razões a seguir enunciadas.

O projeto objetiva regar aspectos essenciais do registro da notícia do crime e da sua investigação, operada no inquérito policial, instrumento persecutório de caráter administrativo sujeito a rigoroso controle de legalidade, normatizado pelo Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941).

A estrutura e as formalidades específicas do inquérito policial, o Código de Processo Penal as prescreve nos artigos 4º a 23, entre as quais, no artigo 20, se encontra a determinação para que a autoridade, na atividade de polícia judiciária, assegure o sigilo exigido pelo interesse da sociedade.

O tema de que cuida o projeto, já se vê, está compreendido no direito processual penal, matéria reservada à iniciativa da União, consoante o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, de modo que a proposição incorre em inconstitucionalidade por invasão de competência legislativa privativa federal.

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí
NESTA CAPITAL

59



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Confira-se, a propósito, ainda tratando do sigilo a respeito da vítima, o § 6º do artigo 201 do Código de Processo Penal, que faculta ao juiz determinar o segredo de justiça em relação aos dados do ofendido; dispositivo este, frise-se, acrescentado ao Código pela Lei federal nº 11.690, de 9 de julho de 2008.

Sob outro enfoque, mais amplo, a Lei federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999, estabeleceu normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

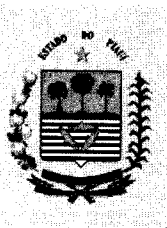
Esse arcabouço legal deixa claro que o sigilo referente a vítimas e testemunhas, nos moldes pretendidos, subordina-se a preceitos normativos federais, de índole formal.

Normas dessa natureza, ínsitas ao direito processual penal, somente podem ser editadas pela União, no exercício da atividade legiferante privativa que lhe confere o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal, de sorte que a propositura padece, nessa perspectiva, de flagrante inconstitucionalidade, por afronta ao pacto federativo, cujo substrato localiza-se, precisamente, na repartição de competências estabelecida pela Carta Magna.

Agrega-se ao aduzido outro empecilho, também de fundo constitucional, pois a ausência de previsão de acesso do advogado às informações contidas, a par de afrontar direito desse profissional, inscrito na Lei federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), resulta, no final, em constrição da garantia de ampla defesa.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 22/10/09

Genérica de Maria Lúcia Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Setoriais

Ao Deputado Vitor

para relatar.

Em 22/10/2009

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MENSAGEM Nº 59 /GG

PROCESSO : AL 2176/09

RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao **VETO TOTAL** dado ao Projeto de Lei do Deputado Marden Menezes que **“Prevê a adoção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas, nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais”**.

II – PARECER

Da Consonância com a Constituição Estadual.

Após análise cuidadosa desta relatoria, alicerçada no estudo da Constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, conclui-se:

A presente proposição encontra resguardo na Constituição Estadual através do artigo:102, XIV, in verbis:

Art. 102. Compete privativamente ao Governador do Estado:

.....

XIV- vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

A presente proposição atende aos incisos supra citados, circunstancialmente, encontrando como base jurídica **na inconstitucionalidade por afronta ao pacto federativo** como forte influência na decisão de Sua Excelência - o Governador do Estado, pois o Projeto de Lei incorre em inconstitucionalidade por invasão de competência legislativa privativa federal, somente a União tem a competência para legislar sobre a matéria discutida nesta proposição.

Avenida Marechal/Castelo Branco, s/n – Teresina-PI



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

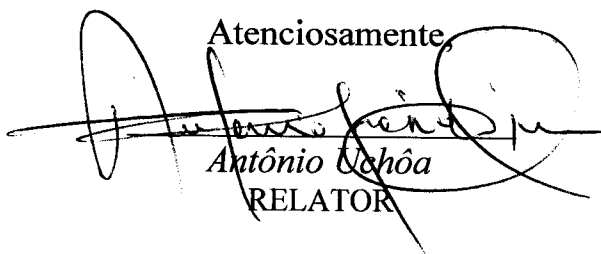
III – VOTO

Com base na **inconstitucionalidade por afronta ao pacto federativo**, esta relatoria opina pelo mantimento do veto total.

Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, 16 de Novembro de 2009.

Atenciosamente,


Antônio Chôa
RELATOR

